

21/08/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: REGIVALDO PEREIRA GALVÃO
IMPTE.(S)	: BRAZ FERNANDO SANT'ANNA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 224797 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÃO – JULGAMENTO INICIADO – VOTO PROFERIDO – DESISTÊNCIA. Uma vez iniciado o julgamento pelo Colegiado, com a prolação de voto, surge extemporânea a desistência.

HABEAS CORPUS SUCESSIVOS – OBJETOS – PREJUÍZO. Seguindo-se impetrações, a primeira impugnando indeferimento de liminar e a segunda, decisão definitiva, cumpre declarar o prejuízo da anterior.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em julgar prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 21 de agosto de 2012.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: REGIVALDO PEREIRA GALVÃO
IMPTE.(S)	: BRAZ FERNANDO SANT'ANNA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 224797 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pela Assessoria:

O paciente foi condenado a trinta anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, incisos I e IV (homicídio qualificado), combinado com a agravante do artigo 61, inciso II, alínea “h”, (se cometido contra pessoa idosa), do Código Penal.

Interposta apelação criminal no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a 1ª Câmara Criminal Isolada negou provimento ao recurso e consignou a necessidade da preventiva do réu.

Contra essa decisão, protocolou-se recurso especial, ao qual foi negado seguimento pelo Tribunal local, levando à interposição de agravo de instrumento. Concomitantemente, formalizou-se *habeas* no Superior Tribunal de Justiça – de nº 224.797/PA. O relator, Ministro Adilson Vieira Macabu, Desembargador Convocado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, indeferiu o pedido de liminar. Assentou estar evidenciada “a personalidade distorcida do paciente, na medida em que adotou uma atitude covarde e egoísta, empreendida sem que houvesse, a justificar o seu agir, qualquer

HC 111.357 / PA

excludente de criminalidade, de sorte a motivar o gesto extremo de ceifar a vida de um ser humano”, mostrando-se idônea a manutenção da custódia preventiva.

Neste *habeas*, os impetrantes sustentam, citando precedentes do Supremo, excepcionalidade capaz de superar o óbice do Verbete nº 691 da Súmula do Supremo, porquanto flagrante a ilegalidade da preventiva determinada contra o paciente. Afirmam inexistir fato novo que justifique a necessidade da custódia, pois sentença penal condenatória ou, até mesmo, acórdão confirmando-a não implica a automática expedição de mandado de prisão”. Ressaltam que “o princípio da ampla defesa não se esgota com o julgamento do recurso da apelação” criminal, não importando o grau de probabilidade de êxito recursal. Ao fim, frisam que a Lei nº 12.403, de 2011, “introduziu medidas substitutivas da prisão preventiva”, destinando-se esta, tão somente, às hipóteses de absoluta necessidade para assegurar a efetividade do processo.

A Procuradoria Geral da República preconizou o não conhecimento do pedido de *habeas corpus*, uma vez que “o pronunciamento antecipado da instância superior deve restringir-se aos casos em que a constrição à liberdade do paciente resultar de decisão teratológica, ou manifestamente ilegal”, não sendo essa a hipótese.

No mérito, opina pelo indeferimento da ordem, pois a preventiva estaria suficientemente motivada, não se justificando, ainda, a atuação do Supremo. Aduz que a segregação cautelar determinada pelo Tribunal local deu-se em conformidade com o artigo 312 do Código Penal, destacando “a periculosidade do paciente, a intimidação que ele estaria exercendo sobre um dos corréus, beneficiado com o instituto da delação premiada, e seus familiares, bem assim a real possibilidade de fuga neste momento processual”. Afirma que não há falar em afronta ao decidido no *Habeas Corpus* nº

HC 111.357 / PA

87.041/PA, no qual a Primeira Turma do Supremo deferiu a ordem “para que o paciente aguardasse em liberdade o julgamento do Processo-Crime nº 034/2005, em trâmite no Juízo da Comarca de Pacajá/PA”, haja vista que a “custódia cautelar do paciente, agora, decorre da sentença condenatória e do acórdão que negou provimento ao recurso de apelação”. Assevera, ademais, a inaplicabilidade das medidas alternativas da Lei nº 12.403, de 2011, ante a pena máxima prevista para o tipo penal a que condenado o paciente.

Consulta ao sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça revela que, no dia 1º de fevereiro de 2012, não se acolheu o pedido de reconsideração da decisão mediante a qual foi indeferida a medida acauteladora.

O *habeas* encontra-se concluso para apreciação da liminar.

Lancei visto no processo em 31 de março de 2012, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 10 de abril seguinte, isso objetivando a ciência dos impetrantes.

É o relatório.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, uma observação antes de adentrar o voto propriamente dito: certa vez, integrante do Superior Tribunal de Justiça proclamou que aquele Tribunal não era Tribunal de passagem para o Supremo, olvidando até mesmo que este está no ápice da pirâmide judiciária e é o único Tribunal realmente que tem essa nomenclatura, a revelar que se pronuncia, principalmente considerada a Carta da República, por último, ou seja, a de Supremo.

O caso, permita-me a Subprocuradora Claudia Sampaio, a quem muito admiro, apresenta peculiaridades, tendo em conta até mesmo pronunciamento desta Turma.

Vou ao voto.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Este *habeas* foi impetrado em 25 de novembro de 2011 e fez-se voltado contra a decisão que implicou, em 10 de novembro de 2011, o não acolhimento do pedido de concessão de liminar, no Superior Tribunal de Justiça, pelo ministro Adilson Vieira Macabu, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, convocado. Em 22 de maio de 2012, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça indeferiu a ordem, ensejando a formalização, perante o Supremo, do *Habeas Corpus* nº 114.214/PA, a mim distribuído por prevenção.

O impetrante requereu desistência deste *habeas*, noticiando a nova impetração. Em razão do fato de a Primeira Turma já haver iniciado o julgamento na sessão do dia 17 de abril de 2012, suspenso em decorrência do pedido de vista do ministro Dias Toffoli, Presidente, tem-se como inviável a homologação do pedido formulado.

A toda evidência, contudo, ante a segunda impetração, agora impugnando ato do Colegiado, está prejudicado este *habeas*. É como voto.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

NOTAS PARA O VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhor Advogado, Senhora Procuradora, na verdade, tenho adotado como norte, nos julgamentos desta Turma em matéria de *habeas corpus*, a adoção e a observância da Súmula nº 691, da Corte, que diz:

“NÃO COMPETE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONHECER DE "HABEAS CORPUS" IMPETRADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE, EM "HABEAS CORPUS" REQUERIDO A TRIBUNAL SUPERIOR, INDEFERE A LIMINAR.”

É verdade que a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de excepcionar a compreensão sumular quando nas hipóteses de teratologia dessa decisão liminar.

Com todo respeito ao voto do eminente Relator, sempre lúcido e substancioso, voto no sentido do não conhecimento do presente *habeas corpus*, porque, na linha da manifestação do próprio Ministério Público Federal, compreendo que não está configurada uma situação de teratologia que permitiria esse exame *per saltum*, nessa compreensão que tenho defendido aqui.

De fato, a apreciação por esta Primeira Turma de *habeas corpus* anterior, em que a concessão da ordem permitiu que o ora paciente permanecesse em liberdade, se fez no momento anterior, antes da sentença de pronúncia. Depois, adveio a sentença condenatória e julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça do Pará, confirmando a decisão do Tribunal do Júri.

A eminente Procuradora noticia que, ao recurso especial, foi negado seguimento e contra esse juízo negativo de admissibilidade foi manejado

HC 111.357 / PA

agravo, a que, também, negado seguimento. E esta decisão denegatória de seguimento desafiou agravo regimental, ainda, pendente de julgamento. Essa é a situação.

Destaco, ainda, que quando do julgamento do HC nº 87.041, por esta Turma, foi concedida a ordem. Esse aspecto, quer dizer, um dos fundamentos invocados pelo Tribunal de Justiça ensejaram a ordem de prisão, que está sendo atacada nesse óbice.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vossa Excelência permite apenas um esclarecimento aos colegas que integram a Turma?

Assim o fez quanto ao recurso da defesa. O que revela, mais uma vez, a extravagância do que decidido. Em cima do instrumental da defesa, suplementou, vislumbrando que os fundamentos lançados pelo Juízo não seriam satisfatórios.

Poderia fazê-lo? Não! Absolutamente, não. A menos que esqueçamos o Direito posto.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Obrigada, Ministro. Mas, continuando.

O aspecto da ameaça à testemunha, de fato, já encerrada a instrução, não foi considerado por esta Primeira Turma. Verifiquei que, por um dos trechos do acórdão, desse *habeas corpus*, da relatoria do Ministro Cezar Peluso, diz:

"Do mesmo modo, o 'aditamento ao parecer' traz aos autos notícia de que o paciente teria promovido ameaça a testemunha. Ressalvo, porém, que esse fato específico não foi levado em consideração no momento da decretação da prisão preventiva, de forma que, se por hipótese é verdadeiro, não constituiu fundamento para tornar legítima a prisão."

Por que que eu estou fazendo esse destaque? É porque, de fato, entendo que não há uma teratologia no caso.

HC 111.357 / PA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vossa Excelência admite que, julgando medida da defesa, o Tribunal possa não determinar, mas suplementar fundamento do ato primeiro de constrição?

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Ministro Marco Aurélio, eu entendo que essa questão há de ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, no momento próprio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – A reforma prejudicial ao recorrente não estaria mais do que configurada? Desproveu o recurso, mas, de quebra, o próprio recorrente saiu sapecado.

Se temos o princípio a proibir a reforma prejudicial no Processo Civil, o que podemos imaginar em se tratando de um processo-crime?

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER – Presidente, de qualquer sorte, entendo que a questão deveria ou deverá ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, ao julgamento do mérito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Enquanto isso, o paciente fica preso.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Ao julgamento do mérito do *habeas corpus* perante aquela Corte.

E, com todo respeito ao eminente Relator, entendo que há possibilidade, sim, de decretação de ofício da prisão preventiva, na medida em que outros aspectos foram considerados, que sequer haviam sido objeto de apreciação no momento anterior. Na verdade, o art. 311 do Código de Processo Penal autoriza essa decretação de ofício com a fundamentação que foi feita, eivada de razoabilidade; embora, eventualmente, possa não concordar com todos os fundamentos, e, do meu ponto de vista, não configura uma ilegalidade de tal monta que possa – a meu juízo, repito – afastar a aplicação ao caso concreto da

HC 111.357 / PA

Súmula nº 691, desta Corte.

Senhor Presidente, pedindo vênia aos entendimentos em contrário, voto pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de justificar minha chegada um pouco depois da abertura da sessão, mas fui cumprir um compromisso designado pela Presidência do Tribunal.

Por outro lado, gostaria de agradecer a lembrança da eminente Advogada; também me recordo de Vossa Excelência. Se não me falhe a memória, foi da Turma da Doutora Berenice também, porque a UERJ indicava os alunos já do último período para ministrar aulas; o falecido Professor Feijó, que Deus o tenha em bom lugar.

Então, também foi um grande prazer revê-la e, da mesma forma, eu até diria diferente: se eu não mudei de fisionomia, Vossa Excelência está mais jovem. Então, melhor ainda. Dizem que, quando a gente elogia muito, é porque o resultado que vem depois não é bom. Coincidentemente acho que vai acontecer isso aqui.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Mas Vossa Excelência pode fugir à regra.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Aqui, na verdade, isso é um caso emblemático, o caso da Missionária Dorothy Stang, cujas razões a motivação da prática do delito, por si só, já fizeram que o Ministério Público tivesse aqui uma preocupação bastante expressiva em analisar o fato em si, para categorizá-lo com uma conduta praticada com excessiva periculosidade do paciente, covardia, egoísmo; e o fez sem qualquer respeito à vida humana, em razão do que todos nós sabemos, a **ultima ratio** que levou à desse ilícito. Tanto quanto eu me recorde, a nossa jurisprudência aqui dividida é no sentido de cancelar a periculosidade ...

HC 111.357 / PA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vossa Excelência me permite? Quanto a essa matéria, há decisão da Turma. O ministro Cezar Peluso rechaçou a gravidade do crime, que teria sido perpetrado, como a respaldar a prisão provisória.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, é que eu quero chegar exatamente na superação ou não da súmula. Então, nós temos aqui vários acórdãos no sentido de que a periculosidade do agente autoriza efetivamente a prisão preventiva no respeito e na tutela da ordem pública.

Por outro lado, muito embora a prisão preventiva tenha sido decretada pelo Tribunal, eu observo que o Tribunal fundamentou essa decisão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Ministro, não foi o Tribunal, foi o Juiz Presidente. Mas, interposto recurso para tornar insubsistente inclusive o próprio Júri, o Tribunal, em cima do recurso da defesa – porque precária a fundamentação do ato alusivo à custódia dita provisória –, suplementou esse ato. Quer dizer, a violência está escancarada.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Mas o fato de ter havido a decretação da prisão pelo juiz de primeiro grau e ter sido cancelada pelo Tribunal, retira a caracterização da **reformatio in pejus**. Isso para afastar a teratologia, porque não tem como nós superarmos a súmula ...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não acredito que esteja ouvindo isso de Vossa Excelência. Prefiro não acreditar.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, é evidente, porque, na verdade, o que ocorre? Há razões e há contrarrazões: ou o Tribunal dá razão à parte ou não dá razão à parte. O Tribunal não deu razão à parte, e

HC 111.357 / PA

disse: pelo contrário.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Seria como desprover o recurso, Ministro.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, o Tribunal disse: não, eu vou desprover o recurso, eu não vou prover o recurso da parte, porque a contraparte tem razão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Agora, é possível, sem provocação do Ministério Público, lançar algo contrário à defesa?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Tem contrarrazões aqui nesse recurso. Mas então tem que julgar procedentes todos os pedidos de recurso quando forem numa esfera penal?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não, Excelência, não confunda as coisas. Vossa Excelência é muito inteligente para confundir as coisas.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, mantém o **status quo**. Foi o que fez. Mas o que fez aqui? O Tribunal manteve o **status quo**, porque entendeu três fundamentos da prisão preventiva, e uma delas aqui é ameaça à testemunha. Agora, aqui é uma discussão mais acalorada ainda, que é a seguinte: eu tenho uma percepção diversa da presunção de inocência. Eu não entendo que aqui possa prevalecer a presunção de inocência ou de não culpabilidade, porque essa presunção é um meio de prova. Então, a presunção de inocência inverte o meio de prova. Muito bem. Então, tem que se provar que a pessoa é culpada enquanto ela for presumida inocente. Agora, é possível se presumir inocente uma pessoa que cometeu um delito desse, condenada a trinta anos pelo Tribunal popular, e que não tem **fumus boni iuris** o recurso interposto, que já está

HC 111.357 / PA

em sede de agravo?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Desde que não se feche a Constituição, é possível.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - A presunção de inocência, no meu modo de ver, não é princípio, ela é regra e tem que ter interpretação com redução teleológica. Eu não entendo que se possa presumir inocente um homem desses, sincera e honestamente. A minha percepção da presunção de inocência é completamente diferente. E, por isso, eu entendo que não há teratologia na decisão. Então, pela percepção doutrinária, eu entendo que não há a teratologia na decisão. Não havendo teratologia na decisão, não há como escapar da jurisprudência da Turma. Isso aqui é um mandado de segurança contra o indeferimento de um pleito liminar. O Ministério Público ressaltou muito bem: temos que esperar o Superior Tribunal de Justiça, que, evidentemente, numa análise do **fumus boni iuris**, não vai fazer outra coisa senão negar provimento a agravo regimental. Não recebeu o recurso especial, denegou o agravo de instrumento, e agora está num agravo regimental.

De sorte que eu confesso que tenho dificuldades em superar a Súmula nº 691 no caso específico, porque não vejo também essa teratologia.

Vou pedir vênia ao entendimento em contrário, manifestado com a profundidade de sempre, respeito, mas eu vou seguir a divergência aberta pela Ministra Rosa Weber.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 111.357

PROCED. : PARÁ

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : REGIVALDO PEREIRA GALVÃO

IMPTE.(S) : BRAZ FERNANDO SANT'ANNA E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : RELATOR DO HC Nº 224797 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem de *habeas corpus*; e dos votos da Senhora Ministra Rosa Weber e do Senhor Ministro Luiz Fux, que não conheciam da impetração, pediu vista do processo o Senhor Ministro Dias Toffoli, Presidente. Falaram: o Dr. Braz Fernando Sant'Anna, pelo Paciente, e a Dr^a. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1^a Turma, 17.4.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Subprocuradora-Geral da República, Dr^a. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Coordenadora

21/08/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, no dia de ontem, formalizei liminar em outro *habeas* envolvendo o ora paciente e digo que existe a dualidade de impetrações, porque este *habeas* foi impetrado contra o indeferimento da liminar no Superior Tribunal de Justiça. Julgado o mérito, veio outro *habeas*. Não sei se é o caso de declarar o prejuízo, ante a segunda impetração.

Devo informar ao Colegiado que os impetrantes são diversos, só essa peculiaridade. Mas qualquer do povo pode impetrar o *habeas corpus*, não é?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Eu penso que essa é a solução adequada, até porque formalizou o impetrante pedido de desistência deste, anunciando a entrada desse outro.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Sim.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Inclusive, há nos autos esse pedido de desistência que eu...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não cheguei a enfrentá-lo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Inclusive, na sessão da última semana, eu até cheguei a comentar com Vossa Excelência antes.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Para eu não ser surpreendido.

HC 111.357 / PA

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Mas depois não chegamos até ele, porque houve várias sustentações e o tempo passou.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Chegamos a trocar ideias.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Mas eu estou de acordo. Vossa Excelência, então, reajusta, para assentar a prejudicialidade...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Informo ao Colegiado que, a partir do mesmo *habeas* formalizado no Superior Tribunal de Justiça, veio à balha pedido que visa impugnar o pronunciamento definitivo do Colegiado. E neste que está na bancada, o ataque está dirigido contra algo já suplantado, que é a decisão liminar.

Por isso, concluo pelo prejuízo da impetração.

21/08/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

DEBATE

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

O meu voto-vista é exatamente no sentido da prejudicialidade também. A Ministra **Rosa Weber** já havia votado no sentido de não conhecer da impetração.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Aplicando a Súmula nº 691.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Vossa Excelência reajusta para julgar prejudicado?

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Posso reajustar, porque, conforme informa o Ministro Marco Aurélio, já houve impetração contra a decisão Colegiada.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Assinei, ontem, a liminar do outro.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - O Ministro Luiz Fux e eu votamos pelo não conhecimento, aplicando a Súmula nº 691, contra o indeferimento de liminar pelo STJ.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Porque, senão, nós vamos novamente, por uma questão processual, ficar com o empate, pois estou acompanhando a prejudicialidade.

Ministro **Fux**, para informar Vossa Excelência, este é um caso...

HC 111.357 / PA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Veio o *habeas* contra a decisão definitiva, inclusive o impetrante pediu a desistência deste. Mas, uma vez iniciado o julgamento, não cabe agasalhar o pleito de desistência. Então, ante esse outro *habeas*, porque este foi direcionado contra o indeferimento da liminar lá no Superior Tribunal de Justiça, estou assentando o prejuízo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Reformulando o voto, que originariamente era pela concessão, Vossa Excelência acompanhou a Ministra **Rosa**, pela Súmula 691, não conhecendo. Eu pedi vista.

Eu estava trazendo meu voto-vista exatamente nesse mesmo sentido da prejudicialidade. Houve até a petição do impetrante pedindo a desistência. Então, o Ministro **Marco Aurélio**, como Relator, reajustou o voto da concessão para a prejudicialidade da impetração.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Quer dizer, não adentro a matéria de fundo para saber se a situação é excepcional, ou não, a ponto de suplantar-se o Verbete nº 691.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

O meu voto-vista acompanha, agora com o reajuste, o voto do eminente Relator.

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Cuida-se de **Habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Braz Fernando Sant'Anna e por outros em favor de Regivaldo Pereira Galvão, buscando a revogação da prisão preventiva do paciente.

Apontam como autoridade coatora o Ministro **Adilson Vieira Macabu**, do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu a liminar no HC nº 224.797/PA impetrado àquela Corte de Justiça.

Inicialmente, argumentam os impetrantes que o caso concreto autoriza o afastamento do enunciado da Súmula nº 691 desta Suprema Corte

No mais, sustentam, em síntese, a falta de fundamentação apta a justificar a necessidade da medida constritiva do paciente, bem como a ausência dos pressupostos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Asseveram, ainda, ser possível a substituição da sua prisão por sua submissão a medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (Lei nº 12.403/11).

Requerem, por fim, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente.

Não havendo pedido formal de liminar, o feito foi remetido à Procuradoria Geral da República, que, em parecer de lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Edson Oliveira de Almeida**, opinou pelo não conhecimento da impetração ou, caso isso não ocorresse, pela denegação da ordem.

Em sessão de 17/4/12 desta Primeira Turma, o eminente Relator, Ministro **Marco Aurélio**, votou pela concessão de ordem para revogar a constrição cautelar do paciente, enquanto os Ministros **Luiz Fux** e **Rosa Weber**, dele divergindo, votaram pelo não conhecimento do writ, considerando o óbice da Súmula nº 691/STF.

Pedi vista dos autos, visando a uma análise mais detida do caso.

HC 111.357 / PA

É o breve relatório.

Os impetrantes, por intermédio da Petição/STF nº 38.833/12, requereram a desistência do presente **habeas corpus**. Os fundamentos explicitados foram os seguintes:

“REGIVALDO PERIRA GALVÃO, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente (...), tendo em vista a impetração de um novo HC, requerer, a DESISTÊNCIA do HC 111357, objetivando oportunizar o requerente sustentar suas razões da Tribuna”.

Pois bem, de início, ressalto a aplicabilidade do art. 8º, inciso III, do Regimento Interno da Corte, segundo o qual, compete à Turma nos feitos de sua competência, *“homologar as desistências requeridas em sessão, antes de iniciada a votação”*. Embora o pedido de desistência tenha sido apresentado após o início do julgamento, precisamente após o meu pedido de vista, creio que a competência para homologá-lo permanece com a Turma.

Prosseguindo, anoto ser bem verdade que, de acordo com o entendimento da Corte, o pedido de desistência poder ser requerido a qualquer tempo, conforme se infere dos julgados no RE nº 231.671/DF-AgR-AgR, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, DJe de 22/5/09; e AI nº 633.646/SP, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, DJ de 23/11/07. Contudo, ainda segundo a nossa jurisprudência, o pedido de desistência não é admissível quando o julgamento já tenha sido iniciado. Nesse sentido, confira-se:

“EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM. RECLAMAÇÃO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA. PROCESSO DE JULGAMENTO COLEGIADO INICIADO. COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO. HOMOLOGAÇÃO INDEFERIDA. I - Não é admissível o pedido de desistência de feitos cujo julgamento já tenha sido iniciado. II - Preservação da unicidade do julgamento. III - Homologação indeferida” (RCL nº 1.503/DF-QO, Tribunal

HC 111.357 / PA

Pleno, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe de 5/6/09);

“EMENTA: MANDADO DE INJUNÇÃO. ARTIGO 5º, LXXI, DA CB/88. QUESTÃO DE ORDEM. AÇÃO DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. PEDIDO DE DESISTÊNCIA TARDIO. JULGAMENTO INICIADO. NÃO CABIMENTO. CONTINUIDADE DO PROCESSAMENTO DO FEITO. 1. É incabível o pedido de desistência formulado após o início do julgamento por esta Corte, quando a maioria dos Ministros já havia se manifestado favoravelmente à concessão da medida. 2. O mandado de injunção coletivo, bem como a ação direta de inconstitucionalidade, não pode ser utilizado como meio de pressão sobre o Poder Judiciário ou qualquer entidade. 3. Sindicato que, na relação processual, é legitimado extraordinário para figurar na causa; sindicato que postula em nome próprio, na defesa de direito alheio. Os substitutos processuais não detêm a titularidade dessas ações. O princípio da indisponibilidade é inerente às ações constitucionais. 4. Pedido de desistência rejeitado. Prosseguimento do mandado de injunção” (MI nº 712/PA-QO, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJe de 23/11/07 – grifei).

Nesse contexto, em questão de ordem, **voto pelo indeferimento do pedido**. Entretanto, considerando a mudança no quadro fático-processual, **proponho**, em questão de ordem, a prejudicialidade do **writ**.

Conforme informações obtidas no sítio do Superior Tribunal de justiça na **internet**, a Quinta Turma, supervenientemente, julgou o mérito do HC nº 224.797/PA e, por unanimidade, denegou a ordem, em julgado assim ementado:

“**HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NO ACÓRDÃO. REQUISITOS AUTORIZADORES PRESENTES. DECISÃO**

HC 111.357 / PA

FUNDAMENTADA. PRECEDENTES.

1. O fato de estar inserido no rol dos delitos hediondos ou equiparados não basta para a imposição da constrição cautelar, por ser necessária a existência de circunstâncias que demonstrem a sua adoção.

2. As Turmas componentes da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça já cristalizaram o entendimento de inexistir constrangimento ilegal quando a prisão, suficientemente fundamentada, retratar a necessidade da medida para as garantia da ordem pública e aplicação a lei penal.

3. No caso concreto, a prisão do paciente, decretada no acórdão, encontrava-se fundamentada na sua periculosidade, caracterizada pelo *modus operandi* do delito e pelas circunstâncias da conduta incriminadora.

4. Ordem denegada” (www.stj.jus.br).

Com efeito, sobrevivendo o julgamento de mérito do referido **habeas corpus** pelo órgão colegiado no Superior Tribunal de Justiça, não pode subsistir o **writ** impetrado nesta Suprema Corte. Note-se que o acórdão proferido, nesses casos, substitui a decisão precária antecedente e, por isso, não pode mais produzir efeitos jurídicos.

Nesse sentido, precedentes de ambas as Turmas:

“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE DEMORA NO JULGAMENTO DO MÉRITO DE HABEAS CORPUS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JULGAMENTO REALIZADO. WRIT PREJUDICADO. I – A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 27/3/2012, julgou o habeas corpus em questão, oportunidade em que conheceu parcialmente do pedido e, nessa extensão, denegou a ordem. II – Writ prejudicado” (HC nº 111.783/PR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe de 14/4/12);

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO DE RELATOR, DE

HC 111.357 / PA

TRIBUNAL SUPERIOR, QUE INDEFERIU PLEITO CAUTELAR EM IDÊNTICA VIA PROCESSUAL. SUPERVENIENTE JULGAMENTO DO MÉRITO NO TRIBUNAL A QUO. WRIT PREJUDICADO. Habeas corpus impetrado contra decisão de Relator, de Tribunal Superior, que indeferiu pleito cautelar em idêntica via processual. Superveniente julgamento de mérito no Tribunal a quo, impondo-se a declaração de prejudicialidade do writ, em razão de o ato impugnado não mais subsistir, consoante entendimento pacificado em ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus não conhecido” (HC nº101.798/RJ, Primeira Turma, Relator para acórdão o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 26/4/12).

Assim, considerando o julgamento de mérito do referido **habeas corpus** pelo órgão colegiado no Superior Tribunal de Justiça e, ainda, a notícia dos impetrantes (Petição/STF nº 38.833/12) de que teriam impetrado um novo **habeas corpus**, resolvo a questão de ordem para assentar a prejudicialidade deste **writ**.

É como voto.

21/08/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

RETIFICAÇÃO DE VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, diante da notícia trazida pelo eminente Ministro Marco Aurélio, tenho que reconhecer a perda de objeto deste *habeas corpus*.

21/08/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 111.357 PARÁ

RETIFICAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, reajusto meu voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 111.357

PROCED. : PARÁ

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : REGIVALDO PEREIRA GALVÃO

IMPTE.(S) : BRAZ FERNANDO SANT'ANNA E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : RELATOR DO HC Nº 224797 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem de *habeas corpus*; e dos votos da Senhora Ministra Rosa Weber e do Senhor Ministro Luiz Fux, que não conheciam da impetração, pediu vista do processo o Senhor Ministro Dias Toffoli, Presidente. Falaram: o Dr. Braz Fernando Sant'Anna, pelo Paciente, e a Dr^a. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1^a Turma, 17.4.2012.

Decisão: Prosseguindo o julgamento e após a readequação de voto formulada pelo Relator no sentido de assentar a prejudicialidade da ordem de *habeas corpus*, no que foi acompanhado pela Turma, com retificação de votos da Senhora Ministra Rosa Weber e do Senhor Ministro Luiz Fux, a Turma julgou prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1^a Turma, 21.8.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma